

Vale Manganês S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024



Vale Manganês S.A. - Demonstrações Financeiras
Conteúdo

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Balanço Patrimonial	9
Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	11
1. Contexto operacional	
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	
3. Receitas de vendas, líquida	
4. Custos e despesas por natureza	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Outros tributos	
8. Caixa e equivalentes de caixa	
9. Contas a receber e fornecedores	
10. Adiantamento de clientes	
11. Imobilizado	
12. Processos judiciais	
13. Obrigações para desmobilização de ativos e provisão para passivos ambientais	
14. Patrimônio líquido negativo	
15. Partes relacionadas	
16. Classificação dos instrumentos financeiros	
17. Gestão de riscos	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	22



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Vale Manganês S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vale Manganês S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vale Manganês S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

Vale Manganês S.A.

das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Vale Manganês S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricia Seoane Azevedo
Contadora CRC 1BA040103/O-0

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2024	2023
Receita de vendas, líquida	3	3.751	15.542
Custo dos produtos vendidos	4(a)	(8.582)	(17.770)
Prejuízo bruto		(4.831)	(2.228)
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	4(b)	(4.776)	(6.974)
Provisão de encerramento de Simões Filho	1 e 13	20.502	(16.602)
Outras despesas operacionais, líquidas	4(c)	(22.498)	(36.323)
Prejuízo operacional		(11.603)	(62.127)
Resultado financeiro			
	5		
Receitas financeiras		6.768	21.233
Despesas financeiras		(35.538)	(36.018)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(40.373)	(76.912)
Tributos sobre o lucro			
	6(a)		
Tributo corrente		-	11
Tributo diferido		(26)	(8)
		(26)	3
Prejuízo do exercício		(40.399)	(76.909)
Prejuízo básico e diluído por ação – Em R\$		(3,91)	(7,45)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Prejuízo do exercício	(40.399)	(76.909)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	(40.399)	(76.909)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(40.373)	(76.912)
Ajustado por:			
Resultado na alienação de bens do imobilizado	4(c)	(405)	(1.027)
Perda de valor recuperável de ativos	4(c)	1.771	980
Depreciação e exaustão	11	-	95
Provisão para processos judiciais	4(c)	9.752	7.754
Variações monetárias e cambiais, líquidas		32.160	22.131
Provisão para desmobilização de ativos	4(c)	22.718	29.055
Despesas com encerramento da planta de Simões Filho	13	(20.502)	16.602
Reversão de provisão para perda de estoque	4(c)	(9.035)	(19.277)
Provisão para perda de incentivos fiscais	4(c)	458	5.185
Ajuste de inventário de almoxarifado	4(c)	9	3.415
Constituição de perda saldo de impostos a recuperar (PIS e COFINS)	4(c)	-	3.227
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber		232	1.220
Estoques		9.035	22.876
Fornecedores		1.792	2.278
Salários e encargos sociais		(1.127)	(42)
Tributos sobre o lucro		-	19
Outros tributos ativos e passivos, líquidos		34	12.572
Provisão para processos judiciais		(18.249)	(10.085)
Provisão para passivos ambientais		(28.531)	(27.847)
Obrigações para desmobilização de Simões Filho		(48.527)	(53.624)
Outros ativos e passivos, líquidos		15.586	(9.764)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(73.202)	(71.169)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		90.000	50.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		90.000	50.000
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício		16.798	(21.169)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		32.684	53.853
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício		49.482	32.684
Transações que não envolvem caixa:			
Ativos não circulantes mantidos para venda		-	(21.910)
Imobilizado		-	21.910

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	49.482	32.684
Contas a receber	9	1.001	828
Estoques		71	82
Tributos sobre o lucro a recuperar		353	3.043
Tributos a recuperar	7	1.943	2.597
Outros		3.585	3.607
		56.435	42.841
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	19.915	21.910
		76.350	64.751
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	7	3.811	6.274
Depósitos judiciais	12	38.180	34.926
Títulos e valores para fins especiais		6.382	5.804
Outros		573	532
		48.946	47.536
Imobilizado	11	-	-
		48.946	47.536
Total do ativo		125.296	112.287
Passivo e Passivo a Descoberto			
Passivo circulante			
Fornecedores	9	14.740	12.948
Salários e encargos sociais		2.230	3.357
Tributos a recolher	7	966	932
Provisão para passivos ambientais	13	46.930	61.575
Obrigações para desmobilização de Simões Filho	1 e 13	58.573	66.071
Adiantamento de clientes	10	22.525	10.302
Outros		205	201
		146.169	155.386
Passivo não circulante			
Provisões para processos judiciais	12	217.920	204.833
Obrigações para desmobilização de Simões Filho	1 e 13	42.971	80.647
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	140.000	50.000
Tributos diferidos sobre o lucro	6(a)	132	105
Provisão para passivos ambientais	13	31.773	34.586
		432.796	370.171
Total do passivo		578.965	525.557
Total do passivo a descoberto	14	(453.669)	(413.270)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		125.296	112.287

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto

Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido negativo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	293.694	(630.055)	(336.361)
Prejuízo do exercício	-	(76.909)	(76.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	293.694	(706.964)	(413.270)
Prejuízo do exercício	-	(40.399)	(40.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	293.694	(747.363)	(453.669)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Vale Manganês S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Simões Filho, Bahia, Brasil e foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios da acionista controladora, Vale S.A. ("Vale"). A Sociedade realizava a exploração, lavra e beneficiamento mineral com o objetivo de produzir e comercializar ferroligas de manganês. Atualmente a Sociedade não possui unidades operacionais ativas.

A Sociedade apresenta prejuízos acumulados no valor de R\$ 747.363 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 706.964 em 2023), bem como capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo. Sua controladora, Vale, irá prestar o suporte financeiro para a Sociedade com objetivo de manter a capacidade operacional pelo menos nos próximos doze meses, de modo a permitir que a Sociedade possa cumprir com as suas obrigações contratuais a vencer de curto prazo, bem como exercer as suas atividades usuais sem qualquer impacto significativo em sua continuidade.

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas no pressuposto de sua continuidade operacional.

Encerramento das operações em Simões Filho

Em setembro de 2020, a Sociedade decidiu encerrar suas operações na planta de Simões Filho, na Bahia, que produzia ferroligas de manganês. Durante esse processo, a Sociedade realizou um teste de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa, resultando no impairment integral dos estoques, afetando também outros ativos relacionados à operação de Simões Filho. Também foram reconhecidas provisões necessárias para o encerramento da planta, incluindo principalmente despesas com multas por rescisões contratuais e gastos com a desmobilização estrutural da planta e despesas com pessoal (nota 13).

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade ("demonstrações financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. Os eventos subsequentes foram avaliados até 18 de agosto de 2025, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera.

d) Políticas contábeis materiais e normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ou não tiveram impacto nessas demonstrações financeiras. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma norma.

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas nas notas 6, 11, 12 e 13.

3. Receitas de vendas, líquida

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Receita bruta		
Vendas no Brasil em R\$	4.477	16.823
Menos		
Impostos sobre vendas	(726)	(1.281)
Total	3.751	15.542

Atualmente, a receita de vendas da Sociedade representa a venda gradual do estoque remanescente de suas antigas unidades operacionais.

Política contábil

O CPC 47 estabeleceu um modelo de cinco etapas para o reconhecimento de receita de contratos com clientes. Como a transferência de riscos e benefícios geralmente coincide com a transferência de controle dos produtos, o momento do reconhecimento da receita de venda de commodities não foi impactado pela adoção dessa nova norma.

As vendas da Sociedade são realizadas nas modalidades do *Incoterms* conhecidas como *Cost and Freight* (“CFR”) e *Cost, Insurance and Freight* (“CIF”), na qual a Sociedade é responsável pelo serviço de frete após a transferência de controle do produto ao cliente. De acordo com o CPC 47, a prestação de serviços de frete para contratos CFR e CIF deve ser considerada como uma obrigação de desempenho separada na qual uma proporção do preço da transação seria alocada e reconhecida conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo.

4. Custos e despesas por natureza

a) Custo de produtos vendidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Material e serviço	(330)	(2.267)
Aquisição de produtos	(8.252)	(15.500)
Outros	-	(3)
Total	(8.582)	(17.770)

A redução no custo dos produtos vendidos está relacionada ao volume de venda do estoque residual.

b) Despesas com vendas e administrativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Pessoal	(1.873)	(1.927)
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(2.564)	(3.136)
Tributos	(60)	(1.123)
Outros	(279)	(788)
Total	(4.776)	(6.974)

c) Outras despesas operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Provisão para desmobilização de ativos e passivo ambiental (i)	(22.718)	(29.055)
Provisão para processos judiciais	(9.752)	(7.754)
Baixa de ativos	(1.771)	(980)
Perda com incentivos tributários	(458)	(5.185)
Despesas com impostos	(340)	(546)
Ajuste de inventário de almoxarifado	(9)	(3.415)
Reversão de provisão para perda de estoque	9.035	19.276
Resultado na venda de materiais/sucata	2.984	(3.001)
Resultado na alienação de bens do imobilizado	405	1.027
Receita na venda de energia	9	48
Constituição de perda de saldo de impostos a recuperar (PIS e COFINS)	-	(3.227)
Outras receitas (despesas) operacionais	117	(3.511)
Total	(22.498)	(36.323)

(i) Refere-se basicamente a revisão nas estimativas, conforme evidenciado na nota 13.

5. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Despesas financeiras		
Atualização monetária de processos judiciais	(21.584)	(24.222)
Perda com incentivos tributários	(701)	(6.423)
Ajuste ao valor presente sobre passivos ambientais e desmobilização de ativos	(12.209)	(3.436)
Juros e multas	-	(111)
Fiança bancária	(343)	(408)
Outras	(701)	(1.418)
	(35.538)	(36.018)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.434	9.081
Variações monetárias sobre passivos ambientais e reversão de provisão para desmobilização de ativos	-	9.672
Variações monetárias e cambiais	2.334	2.478
Outras	-	2
	6.768	21.233
Resultado financeiro, líquido	(28.770)	(14.785)

6. Tributos sobre o lucro

a) Imposto de renda diferido

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Passivo tributário diferido		
Diferenças temporárias		
Variação monetária de depósitos judiciais	132	105
Total	132	105

Até 31 de dezembro de 2024, a Sociedade apurou prejuízos fiscais acumulados no montante de R\$ 385.206 (R\$ 344.688 em 2023) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 388.546 (R\$ 348.028 em 2023) não reconhecidos contabilmente.

b) Reconciliação do imposto de renda

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(40.373)	(76.912)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	13.727	26.150
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Não constituição de diferido ativo sobre imposto de renda e contribuição social (i)	(13.607)	(25.196)
Outros	(146)	(951)
Tributos sobre o lucro	(26)	3

(i) Imposto diferido ativo não constituído pela não expectativa de lucros futuros. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade apurou prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 40.518.

c) Incentivos fiscais

A Sociedade possui incentivo fiscal de redução parcial da base de cálculo do imposto de renda. O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado lucro da exploração), e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada durante os 10 primeiros anos de exploração da mina de Simões Filho, de 2008 até 2017, tendo sido prorrogado pelo período de 2018 até 2027.

Em razão da decisão da Sociedade de encerrar as atividades operacionais de Simões Filho, foi reconhecida para perda do montante relativo a dois terços do saldo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 5.185 e complementado em 2024 no montante de R\$ 458, que serão convertidos em favor da União. O valor de R\$ 6.382 apresentado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.804 em 2023), no balanço patrimonial, refere-se a um terço do saldo aplicado de recursos próprios e que será realizado futuramente pela Sociedade.

d) Posições fiscais incertas

A Sociedade mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil em relação a certas posições fiscais adotadas pela Sociedade na apuração do imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), cuja determinação final é incerta e pode ser alterada dependendo de fatores não controlados pela Sociedade, como mudanças na jurisprudência e mudanças nas leis e regulamentos tributários. As posições fiscais assumidas pela Vale Manganês são apoiadas por assessores jurídicos especializados e a Sociedade está sujeita à revisão pelas autoridades locais do imposto de renda por até 10 anos dependendo da jurisdição em que ela opera.

O valor autuado, sendo considerado assim como um passivo contingente, em discussão com as autoridades fiscais é de R\$104.762 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 98.812 em 2023). A principal discussão, no montante de R\$ 53.608, refere-se ao arbitramento do lucro do ano de 2009, devido à entrega parcial da Escrituração Contábil Digital (ECD) daquele ano.

Política contábil

A provisão para tributos sobre o lucro é calculada com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável no referido exercício é de 34%.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações fiscais em relação às situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita a interpretação e, quando apropriado, reconhece provisões com base nos valores que espera serem pagos às autoridades fiscais. Os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Sociedade.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Tributos diferidos sobre o lucro - Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitados a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

Posições fiscais incertas - A Sociedade aplica julgamento contábil crítico ao avaliar se é provável que as suas posições tributárias serão aceitas pelas autoridades fiscais, que podem impactar as demonstrações financeiras. A Sociedade opera em várias jurisdições onde surgem incertezas na aplicação dos requerimentos fiscais em função da complexidade da legislação tributária nessas localidades. A Sociedade está sujeita a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7. Outros tributos

	Tributos a recuperar		Tributos a recolher	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	39.265	38.695	-	-
Perda com créditos de ICMS (i)	(37.619)	(37.619)	-	-
Impostos e contribuições federais brasileiras (ii)	2.475	7.360	124	122
Outros	1.633	435	842	810
Total	5.754	8.871	966	932
Circulante	1.943	2.597	966	932
Não circulante	3.811	6.274	-	-
Total	5.754	8.871	966	932

(i) Refere-se ao ICMS de operações em mina fechada no Estado do Maranhão. A Sociedade ainda discute com o Estado a recuperabilidade desse crédito.

(ii) A variação está relacionada a restituição de pedidos de PIS e COFINS, compensação através de PER/DCOMP e reapuração de impostos.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Caixa e bancos	1.014	1.135
Aplicações financeiras	48.468	31.549
Total	49.482	32.684

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 refere-se a aplicações de Certificados de Depósitos Bancário (CDB) no montante de R\$ 29.161 (R\$ 3.928 em 2023) e aplicações em notas compromissadas R\$ 19.307 (R\$ 27.621 em 2023), prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”).

9. Contas a receber e fornecedores

	Contas a receber		Fornecedores	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Partes relacionadas	-	-	873	81
Terceiros	1.001	828	13.867	12.867
Total	1.001	828	14.740	12.948

Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade detinha o montante de R\$ 751, em títulos de contas a receber de terceiros vencidos há mais de 30 dias.

Política contábil

Contas a receber representam os valores a receber pela venda de produtos e serviços prestados pela Sociedade. O contas a receber é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Sociedade aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber. A Sociedade estabeleceu uma matriz de provisão com base no histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

10. Adiantamento de clientes

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Minas Ligas S.A.	20.899	10.000
Outros	1.626	302
Saldo no final do exercício	22.525	10.302

11. Imobilizado

	Ativos						Total
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Equipamentos	minerários	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	957	5.489	4.346	11.364	322	507	22.985
Redução ao valor recuperável	-	35	(703)	(18)	(322)	28	(980)
Depreciação e exaustão	-	(35)	(60)	-	-	-	(95)
Transferência bens mantidos para vendas	(957)	(5.489)	(3.583)	(11.346)	-	(535)	(21.910)
Custo	-	56.225	26.019	58.849	725	27.144	168.962
Redução ao valor recuperável	-	(31.823)	(5.703)	(6.301)	(327)	(1.452)	(45.606)
Depreciação acumulada	-	(24.402)	(20.316)	(52.548)	(398)	(25.692)	(123.356)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-
Custo	-	45.413	19.702	55.822	725	27.012	148.674
Redução ao valor recuperável	-	(25.861)	(2.768)	(5.605)	(327)	(25.797)	(60.358)
Depreciação acumulada	-	(19.552)	(16.934)	(50.217)	(398)	(1.215)	(88.316)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-

Em 2023, foi realizada a transferência no montante de R\$ 21.910 para ativos mantidos para venda, em função do contrato de promessa de compra e venda dos ativos localizados em Simões Filho para a empresa MinasLigas S.A. Em março de 2025 (evento subsequente), a Sociedade iniciou a transferência dos ativos para a MinasLigas S.A.

Além disso, foi reconhecida em 2023 a redução ao valor recuperável do saldo remanescente dos ativos no montante de R\$ 980, pois não há expectativa de gerar benefícios econômicos futuros, uma vez que a empresa está com a suas operações paralisadas.

Política contábil

Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério (“stripping costs”) – Os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos (“custo de remoção estéril” ou “stripping costs”) incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte do custo depreciável do ativo imobilizado em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina. Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque. Os custos de remoção de estéril são mensurados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a sua remoção e, quando aplicável, é deduzido de eventual *impairment*, nos mesmos moldes adotados para a unidade geradora de caixa no qual pertence.

Imobilizado – Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Os custos dos ativos minerários desenvolvidos internamente são determinados por (i) custos diretos e indiretamente atribuídos à construção da planta da mina; (ii) encargos financeiros incorridos durante o período de construção; (iii) depreciação de bens utilizados na construção; (iv) estimativa de gastos com descomissionamento e restauração da localidade; e (v) outros gastos capitalizáveis ocorridos durante a fase de desenvolvimento da mina (quando o projeto se prova gerador de benefício econômico e existem capacidade e intenção da Sociedade de concluir o projeto).

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Os demais ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. A exceção são os terrenos que não são depreciados. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Imóveis	15 a 50 anos
Instalações	8 a 50 anos
Equipamentos	3 a 33 anos
Ativos minerários	Produção
Outros	3 a 44 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

Impairment de ativos não financeiros – Para os ativos imobilizados, quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais exista fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Os ativos não circulantes os quais a Sociedade reconheceu *impairment*, são revisados caso eventos ou alterações de circunstância indiquem que o *impairment* não é mais aplicável. Nesses casos, uma reversão de *impairment* será reconhecida.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Sociedade assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Sociedade.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

12. Processos judiciais

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais.

A Sociedade utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Sociedade, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

Processos judiciais provisionados - A Sociedade considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Processos cíveis: Referem-se principalmente a ação movida pela Sibra Eletrosiderúrgica S/A visando a satisfação de créditos de parcelas não quitadas do Instrumento Particular de Reconhecimento de Dívida. O montante reconhecido como provável em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 182.076 (R\$ 160.309 em 2023)

Processos judiciais não provisionados - Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir:

Processos cíveis: Referem-se principalmente a ações em que são discutidas alegações de inadimplência por parte da Sociedade no montante de R\$ 258.495 (R\$ 227.593 em 2023) e indenização de prejuízos por danos materiais no montante de R\$ 185.094 (R\$ 102.908 em 2023).

Processos tributários: A Sociedade é parte em diversos processos administrativos e judiciais, relativos a cobranças de impostos federais e estaduais, sendo os valores dos principais processos relativos a IRPJ de R\$ 53.608 (R\$ 37.458 em 2023), PIS e COFINS no montante de R\$ 38.966 (R\$ 30.813 em 2023) e ICMS no valor de R\$ 88.517 (R\$ 91.056 em 2023).

Depósitos judiciais - Correlacionados aos passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Provisões para processos judiciais		Passivos contingentes		Depósitos judiciais	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Processos tributários	16.463	15.064	168.475	188.678	5.342	5.672
Processos cíveis	189.653	175.679	649.822	524.133	23.804	19.738
Processos trabalhistas	7.299	9.288	6.366	7.636	9.034	9.516
Processos ambientais	4.505	4.802	1.648	1.371	-	-
Total	217.920	204.833	826.311	721.818	38.180	34.926

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

13. Obrigações para desmobilização de ativos e provisão para passivos ambientais

	Obrigações para desmobilização de		Passivos ambientais	
	Simões Filho		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	146.718	191.946	96.161	92.982
Adições (reduções)	(20.502)	16.602	-	-
Desembolsos	(48.527)	(53.624)	(28.531)	(27.847)
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa	16.175	(9.895)	6.543	29.279
Ajuste ao valor presente	7.680	1.689	4.530	1.747
Saldo no final do exercício	101.544	146.718	78.703	96.161
Circulante	58.573	66.071	46.930	61.575
Não circulante	42.971	80.647	31.773	34.586
Total	101.544	146.718	78.703	96.161

Em 2024 as estimativas das obrigações de desmobilização de ativos e passivo ambiental foram atualizadas, tendo em vista a maturidade dos projetos, com a antecipação do cronograma de obras de fechamento.

Política contábil

A provisão refere-se aos custos para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados. No reconhecimento da provisão, quando não se espera mais obter benefícios econômicos futuros através da operação, as mudanças nas estimativas são reconhecidas no resultado no respectivo exercício. O efeito relacionado a passagem do tempo é reconhecido no resultado financeiro do respectivo exercício.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Sociedade reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A Sociedade considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão da mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

A Sociedade utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura as obrigações da descontinuação de uso de ativos. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações. As taxas de juros de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização das obrigações para desmobilização de ativos foi de 5,47% a.a. e 7,38 a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

14. Patrimônio líquido negativo

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social é de R\$ 293.694 correspondendo a 10.327.931 ações ordinárias escrituradas totalmente integralizadas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

Reserva legal - Constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social. Em 2020, a reserva legal foi integralmente absorvida para compensar prejuízos do exercício.

Reserva de incentivos fiscais - Resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo bem como incentivos fiscais (nota 6c). Em 2020, o saldo remanescente da reserva foi integralmente absorvido para compensar prejuízos conforme previsto no inciso I art. 30 da Lei 12.973/14.

15. Partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Passivo circulante		
Fornecedores - Vale S.A.	873	81
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC - Vale S.A.	140.000	50.000
	140.873	50.081

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes. Caso esses contratos tivessem sido estabelecidos com terceiros, os termos contratuais poderiam ser diferentes dos firmados com as partes relacionadas.

A remuneração dos administradores da Sociedade foi paga integralmente pelo acionista Vale. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

Em 2024, a sociedade recebeu R\$ 90.000 (R\$ 50.000 em 2023) a título de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC.

Política contábil

AFAC são contribuições de recursos realizados pelos acionistas da Sociedade e classificados como passivo até que aumento de capital seja deliberado e aprovado em Assembleia Geral.

16. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros é a seguinte:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
	Custo amortizado	Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa	49.482	32.684
Contas a receber	1.001	828
Total dos ativos financeiros	50.483	33.512
Fornecedores	14.740	12.948
Salários e encargos sociais	2.230	3.357
Total de passivos financeiros	16.970	16.305

17. Gestão de riscos

a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

b) Gestão de risco de crédito - A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável.

(i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial.

(ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

c) Gestão de risco de mercado - A Sociedade está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado, principalmente de taxas de câmbio e preços de produtos e insumos que podem impactar seu fluxo de caixa. A avaliação deste potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações é realizada periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Sociedade, garantir sua flexibilidade financeira e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

* * *

Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos

Diretores

Luiz Gustavo Leite de Oliveira
Diretor Superintendente

Tarsis da Silva Carvalhal
Diretor de Gestão Econômica

Responsáveis Técnicos

Carine da Conceição Virgilio
Contadora
CRC-RJ 124687/O-5

Cecília Fernandes Albuquerque
Gerente de Controladoria